

PORTUGAL: QUE REGIÕES? A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

Eugénio de Castro Caldas

1. Na base da *regionalização*, a divisão administrativa tanto obedece à vontade política dos detentores do poder do Estado, como consagra realidades geográficas e humanas presentes no território. No espaço ibérico hoje português, durante o período de autonomia pré-romana, as estruturas regionais nasceram da sedentarização de povos ou de etnias nómadas ou itinerantes que iam encontrando sítios onde enraizar. Em obediência à necessidade de montar seu sistema administrativo descentralizado, o Império Romano delimitou *províncias*, subdivididas em *conventus*, sob a forma de novas regiões que englobavam regionalizações antigas, as *civitates*, estabelecidas em torno das *oppida*, ou centros «urbanos» das comunidades tribais celtibéricas. A regionalização consagrada pela inspiração romana havia de assistir à implantação do Cristianismo, conduzindo à demarcação de *dioceses*, muitas vezes coincidentes com os *conventus*. No decurso das invasões dos Bárbaros as estruturas regionais adaptaram-se a influências germânicas que paganizaram e ruralizaram a vida social, neutralizando a importância da vida urbana. Todavia, a conversão dos Suevos e dos Visigodos restabeleceu *dioceses* e multiplicou *paróquias*, que reagruparam populações de antigas *villae* romanas abandonadas pelos *dominus*. Mais tarde a presença dos Árabes, abrindo caminho à Idade Média, criou *reinos* e *condados* que se adaptariam quanto possível a regionalizações existentes. Alcançado o período feudal, as *terras* perdidas e reconquistadas, havidas por quem as presurizou e doadas por quem as manteve, continuaram a receber *nome* e a assinalar *sítios* de boa e de má memória, onde se nascia e se morria, se praticavam justiça e se impunham vassalagens. Mas foi no período medieval que se radicaram no território e na alma popular grandes regiões do Reino de Portugal, alargado desde *Entre Douro e Minho* e *Trás-os-Montes*, à *Beira*, à *Estremadura*, ao *Alentejo*, até ao *Reino do Algarve* conquistado. A dura experiência da vida comunitária elaborava leis que implacavelmente apoiavam práticas e costumes. Às *terras* eram dados forais, onde se inscreviam direitos e deveres, visando o enraizamento de *povos* no que havia de ser ou já era *região*. Eventualmente os *códigos* e as *ordenações* emanadas dos detentores do *poder*, tanto procuravam atenuar tradições bárbaras, como modificar a vida, com sacrifício de liberdades conquistadas. Em tudo se tentava unificar destinos divergentes, especialmente os de sabor arcaico inadapável a conceitos severos, moralistas ou utilitários da interpretação da fé e da política.

Assim, pelas terras dos *rico-homens*, distribuíam-se as *paróquias*, os *concelhos*, os *coutos*, as *honras* e os *préstamos*. Eram tempos de *tenentes*, de *meirinhos* e de *corregedores*, envolvidos em *inquirições periódicas*, por decisões tomadas em *cortes*, como resultado de duríssimos debates sobre problemas regionais. Depois dos barões minhotos, do Tâmega, do Ave, do Cávado, do Lima ou do rio Minho, que apoiaram D. Afonso Henriques, rei que, antes, foi conde, haviam de vir os duques quase reais e os marqueses despóticos, com seus *morgados* e seu *poder* desmedido. A Revolução Liberal de 1820 havia de banir a estrutura antiga, dando ao País a primeira regionalização constitucional onde, naturalmente, se previa a implantação de critérios regionais igualitários e tecnocráticos. No entanto, a Revolução não se liberta facilmente do peso das regiões tradicionais. Pretendendo neutralizar o passado, a Constituição de 1822, ao tratar do «governo administrativo e económico», obedeceu ao figurino francês e adoptou como inovação programática, não implantada ainda no terreno, o distrito. Mas foi fortíssima a reacção oposta à inovação. Embora D. João VI viesse a Portugal jurar a Constituição, ao morrer, D. Pedro, lá longe no Brasil, procurou aplanar dificuldades outorgando a Carta Constitucional de 1826. Quanto a regiões, a Carta rezava que «a administração das províncias ficará existindo do mesmo modo que actualmente se acha, enquanto a lei não for alterada». Esta transigência, e muitas outras, não evitaram, no entanto, a Guerra Civil. No Mindelo, Mouzinho da Silveira desembarca com o Decreto n.º 23, de 16 de Maio de 1832, que anuncia ao País a decisão fundamental:

Ficam abolidas todas as divisões territoriais de qualquer natureza e determinação que sejam, não obstante qualquer privilégio dos mais altos donatários.

Era forçoso substituir as Honras, os Coutos, os Reguengos extintos, e Mouzinho da Silveira, coerente com a Carta Constitucional e baseado na tradição provincial, faz reviver oito províncias; o Minho, Trás-os-Montes, o Douro, a Beira Alta, a Beira Baixa, a Estremadura, o Alentejo e o Algarve.

No entanto, depois da vitória liberal, o decreto de Mouzinho não vingou. Afastado da vida política, o grande pensador da reforma social e económica portuguesa não mais teria oportunidade de defesa da Carta de 1826. O falecimento prematuro de D. Pedro IV permitiria que em 1835 fosse referendado o Decreto de 18 de Julho, que, pela primeira vez, implanta no território, sem qualquer audiência dada aos povos e sem alicerce em qualquer tradição, dezassete distritos, praticamente iguais aos que ainda hoje estão entregues a governadores civis. A estas novas «regiões» não foi dado nome, mas cada uma teve sua Cidade. Assim, por exemplo, o Minho, *região*, foi parcelado em dois distritos, um dado a Viana, que depois foi «do Castelo» e outro a Braga; o coração da Beira foi oferecido, primeiro, a Lamego e, depois, a Viseu, e o Reino do Algarve ficou deposto em favor do distrito de Faro.

Embora ao longo de um século o problema da divisão regional continuasse permanentemente a ser revisto, as províncias somente regressam

duradouramente ao Código em 1936. Todavia, em 1959, voltam a ser banidas, permanecendo triunfantes os distritos que resistiram a múltiplas tentativas de neutralização materializadas em projectos frustrados da autoria de intelectuais devotados à regionalização e sensíveis às aspirações mais vivas do povo português. Efectivamente a tirania das parcelas inventadas no mapa de Portugal em 1835, parcelas sem conteúdo regional nem tradição histórica, baptizadas com o nome de dezoito cidades, acabou por se impor, contrariando a herança riquíssima de toda a variedade e diversidade regional prodigiosamente integrada no todo nacional. Geógrafos consagrados, ao analisarem a divisão distrital, consideram a heterogeneidade dos Distritos, mas admitem, como Orlando Ribeiro, ter-se formado «certa tradição» que atenuou a «arbitrariedade do seu estabelecimento». No entanto, os Distritos, embora intocáveis, assistiram recentemente à criação de organismos territorialmente mais vastos. Efectivamente, em 1979, foram criadas cinco comissões de coordenação regional, denominadas do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, designações que representam o recurso simultâneo a critérios de latitude neutra, bem como de geografia e de tradição histórica não confessadas. Estas comissões situam-se, respectivamente, no Porto, em Coimbra, em Lisboa, em Évora e em Faro.

2. A agricultura forma a base da diversificação regional, sobre que se implantam estruturas de outras actividades humanas pela exploração das vocações do território e das populações. Assim, as regiões nascem por efeito de mecanismos complexos, segundo os quais os ecossistemas — naturalmente regionais — se compatibilizam com «factos de humanidade» de há muito referidos por Jean Brunhes. Na dinâmica regional a agricultura desenha paisagens rurais que, em espaços acidentados de grande variedade climática, apresentam surpreendente originalidade em oposição às monotonias de planície, da ondulação das colinas e degraus dos planaltos. Todavia, por influência marítima, de leitos de grandes rios, da interioridade continental, da latitude ou da altitude, as paisagens rurais, na sua diversificação básica, enquadram-se em expressão mais vasta, que lhes garante atributos típicos em grandes extensões territoriais.

Outras tendências que conferem carácter a uma paisagem encontram-se quando as populações imprimem ao ordenamento territorial a feição materializada de costumes ou de normas étnicas ou civilizacionais. Pode afirmar-se que a população, na dependência das tecnologias que pratica e das expressões artísticas que adopta, inscreve na paisagem humanizada traços visíveis que dão carácter a habitações, a modalidades de apropriação da terra ou de estrutura agrária pela implantação dos limites parcelares e a edificações ligadas à vida social e religiosa. A paisagem rural, devidamente interpretada, traduz relações entre Homem e Terra e de funcionamento comunitário e mostra o que tais relações significam em termos de qualidade da vida, desde o mais eficaz equilíbrio funcional até ao limite da luta pela sobrevivência. Tudo se enquadra afinal nos sistemas de produção pratica-

dos: intensivos, como, por exemplo, no microfúndio camponês minhoto, ou extensivos, tal como no latifúndio alentejano; sistemas compatibilizados com os recursos naturais, como no noroeste português atlântico, ou erosivos do fundo de fertilidade, como no sul mediterrânico; sistemas policulturais, agro-pecuários com floresta integrada, como no noroeste atlântico, ou monoculturais, cerealícolas ou florestais estremes, como no sul do Tejo; enfim, estruturas agrárias camponesas visando predominantemente o consumo local de espaços povoados do norte ou estruturas agrárias capitalistas ou recém-colectivistas, de proletários assalariados ou cooperantes, voltadas para o comércio exportador, no deserto do sul.

Em concordância com o sistema agrário a Geografia impõe-se e, nas serras, para além da situação de «economia de montanha», a regionalização diversifica-se na especialização do pastoreio, originando solares de raças como o Barrosão, ou diferentes tipos de produtos pecuários como o queijo da serra. Acentuando estas circunstâncias, nos pendores montanhosos, que se apresentam com o feitio de muralhas, as serras guardam e defendem redutos comunitários, que explicam a sobrevivência de agregados humanos arcaicos. Desde a primeira dinastia os reis respeitaram o povoamento serrano, que se lhes deparou como refúgio em duríssimas emergências, e garantiram a «liberdade» de aldeias nunca submetidas a donatários que, para além do rei, impusessem o que Alexandre Herculano apelidou de «vexames» feudais. Assim, o *baldio*, anterior ao domínio romano, nas serras, ultrapassando múltiplas agressões, chegou a nossos dias. Nas alturas nunca houve terras da nobreza e mesmo quando os conventos subiram às montanhas, seguindo roteiros de culto popular, os frades, sem se intitularem ecologistas, defendiam a natureza contra os pastores, «excomungando» os inimigos das matas e das florestas, como sucedeu no Buçaco.

As planícies prestam-se à implantação de regiões diversificadas em função de condicionalismos humanos. Perante a sucessão histórica das vagas dos diferentes conquistadores, a planície foi *presuria* fácil e terreno aberto a «entradas», que conduziram ao *ermamento* e destruição do património cultural. Assim, o camponês amarrou-se mais ao território dobrado, onde complexas redes fluviais consentiam defesa, construindo no sopé das altitudes as mais eficazes posições «castrejas» ou encostando as choças à sombra de muralhas feudais. Talvez por isso a vasta planície do sul, depois da «paz romana», ficaria condenada ao latifundismo homogeneizante, de compáscuo ou livre pastoreio e de *openfield* cerealícola baseado na alternância da seara com o pousio, arredando para as áreas mais pobres a floresta protectora, de lenha, de carvão e de bolota, que mais tarde daria cortiça. Para além da serra do sul, aberta, em grande anfiteatro, sobre o continente africano, ficou o Reino do Algarve, arborícola e hortícola, agora submetido à poluição turística.

Entre a montanha e a planície acentua-se a competição da produtividade, tornada esmagadoramente vantajosa para a *revolução industrial*, que se expande na fluidez do espaço aberto, sem obstáculos. Com novas tecnolo-

gias, a máquina e o fertilizante ou correctivo químico, a eficácia e o custo dos transportes, consagrou-se o desequilíbrio segundo o qual a montanha perdeu a batalha quantitativa, salvaguardando a esperança na defesa dos redutos da qualidade. Talvez, em resumo, se possa entender que o problema do ajustamento regional está longe de se encontrar elaborado e que, desde as terras dos barões minhotos e dos coutos dos monges agrónomos de Alcobaça até à fronteira *africana* da serra algarvia, os reis agrários e povoadores não encontraram a Sul do Tejo jeito de edificar estrutura agrária que valesse e compensasse a ruína da reconquista aos islâmicos, que, depois, as guerras fernandinas, as pestes e as navegações transformariam em «sesmarias» abandonadas, que até hoje haveriam de permanecer «no limiar da Reforma Agrária».

Nas colinas de altitude moderada, os camponeses, mantidos pela cultura da vinha, essencialmente colonizadora, criaram raízes desde o Minho, passando pela Beira, até à Estremadura. Nas pausas das navegações e das guerras, especialmente durante a fecunda paz filipina, a entrada do milho (*Zea Mays*), «esse revolucionário», nos campos atraiu os camponeses à instalação de 500 000 ha de regadio, num total de 650 000 que hoje teremos. Mais em socalcos fertilizados do que em várzeas aluvionais de grandes rios, que sempre tiveram dono privilegiado, o milho obrigou à estabulação do gado manadio, integrou a «bouça» florestal produtora de matos para fabrico de estume, atraiu efectivos pecuários das montanhas e dos planaltos para a recria, permitiu a exportação de bois para a Inglaterra, donde vinham as libras que se transformavam em «arrecadas» das camponesas. A implantação do milho no espaço agrário português corresponde à mais profunda alteração da paisagem rural desde os tempos remotos das vilas romanas, diversificando a relativa identidade preexistente, de norte a sul, quando os cereais de sequeiro alternavam com o «pousio» entregue a pastoreio, restringindo em toda a parte hipóteses de explosão demográfica. Com o milho, a população cresceu e transbordou, tornando-se possível povoar o império.

Está muito longe de ter sido sistematicamente organizada a caracterização das diversas regiões agrárias portuguesas, embora existam esquemas de conteúdo científico ou de objectivo de regionalização de serviços agrícolas. Todavia, mesmo num território de escassa dimensão como o nosso, não se pode contestar as diversidades regionais que se entende obedecerem tanto a situações genéricas de natureza ecológica como a impulsos originais de raiz histórica. O litoral português apresenta bons exemplos de comunidades de antiquíssima origem — fenícia, grega, ou, no sul, cartaginesa — que se entregam tanto à «lavoura» da terra como do mar, praticando técnicas de fertilização com moliço e sargaço, perfeitamente integradoras dos dois elementos que lhes servem de suporte à vida. Grandes rios, como o Tejo e o Mondego, revelam paisagens já descritas por cronistas latinos e árabes como pequenos «Nilos», pelo depósito de nateiros provocado pelas cheias, acumulando fertilidade em aluviões balizados por valas de drenagem, onde embarcações erguem mastros entre searas e rebanhos mantidos nas lezí-

rias. A viticultura deu carácter a regiões pela extensão das plantações e qualidade dos vinhos. Uma das mais típicas regiões vitícolas é a dos socalcos do Douro, que apresenta a notável particularidade de ser a primeira *região demarcada* de vinhos do mundo, com os seus marcos pombalinos implantados com perfeito conhecimento ecológico. Depois da «revolução do milho» a vinha trepou a árvores plantadas na bordadura dos campos e ensombrou eidos e caminhos no Minho. A vinha cobriu colinas de extensas áreas da Estremadura, invadiu lezírias do Ribatejo e conservou no Alentejo alguns resíduos dos tempos romanos. A oliveira, que durante muitos séculos se manteve no arrabalde das povoações, com a abundância de trabalho alargou a extensão dos olivais ao longo de planuras e encostas, em extensificação que as exigências da economia hoje comprometem.

Na verdade, a agricultura constitui a base da diversificação regional. As tarefas agrárias marcam o ritmo do ano: sementeiras, granjeios e colheitas são motivo de expressões folclóricas, de preconceitos mágicos de influência lunar e de subordinação a inspirações religiosas. A natureza dos produtos agrários determina o regime alimentar e a qualidade desses produtos está na base de toda a arte culinária, que define um dos aspectos essenciais da regionalização. Todavia, a questão vai mais longe, e a dicotomia *produto de massa* — *produto de qualidade* continua a figurar como elemento decisivo da caracterização regional. Assim, a *diferenciação* em face do *colectivo* constitui a síntese aproximativa do ecossistema e da actividade económica, que somente entidades regionais poderão fazer perdurar e somente também a consciência genuinamente regional poderá impulsionar. Isto no caso de efectivamente se pretender assegurar defesa contra a tutela despótica do poder central. As regiões raras vezes se apercebem da importância da *sua* agricultura como suporte do *seu* bem-estar. Mesmo modernizada e apesar dos acréscimos de produtividade alcançados e das novas condições de trabalho que oferece, a agricultura continua a ser considerada por muitos actividade sem prestígio. Como o desenvolvimentismo regional se apresenta insaciável quanto a consumos alimentares, justificam-se as maiores preocupações quanto ao futuro se as produções regionais não acompanharem tendências ambicionadas de acréscimo de níveis e de qualidade da vida.

3. A *região* apresenta-se como parcela individualizada de um território, parcela dotada de dinâmica própria, estabelecendo fronteira com outras regiões. De conteúdo sem dúvida ecológico, a região é uma espécie de ocorrência comunitária fortemente cimentada por afinidades culturais — étnicas, idiomáticas e paisagísticas — que se identifica com o conceito de *país*, noção plena de humanismo imensamente elaborado. O país, em significado originário ou restrito, existe no sentimento dos naturais de uma região, por nascimento, por vivência prolongada ou mesmo por natureza voluntária. Para os emigrantes, o país constitui a base das mais dolorosas nostalgias. Mesmo quando motivou a decisão de partir conserva a prisão absurda da esperança de retornar.

A região dificilmente se mantém isolada de outros espaços e de outras influências. Teoricamente pode ser neutralizada quando grupos humanos portadores de património cultural e técnico diverso a colonizam, implantando nela as suas regiões, com a consciência ou o intuito de edificarem «nova» versão regional que os compense de terem abandonado o berço donde partiram. De qualquer modo o isolamento regional perde-se com a abertura de vias de penetração e de comunicação, por onde se difundem de forma mais ou menos acelerada as conquistas do progresso técnico, da gestão económica e do ensino normalizado. Assim, as relações da região com outros espaços confinantes, ou mesmo distantes, acentuam-se e assumem as formas da solidariedade e da concorrência.

Os laços de solidariedade ou de dependência, muito diversificados desde o funcionamento económico às expressões da identidade cultural, consolidam ou determinam tendências aglutinantes que, mesmo na diversidade regional, geram *nações* ou, de um modo geral, *estados*, dotados de leis próprias e de prática administrativa comum quanto a matérias genericamente codificadas. A concorrência inter-regional representa a luta pela sobrevivência ou desenvolvimento da região, ou pela ampliação da sua influência económica e social face a outras regiões. A vontade de fazer crescer ou desenvolver a região representa força social que assume a forma de um *querer* em confronto permanente com um *poder*.

Pondo de parte fundamentos filosóficos sobre o conceito de *poder*, sucede que, em termos efectivos, a região se apresenta detentora do que tem sido designado *poder local*. As regiões integradas no tecido das nações ou dos estados confrontam o *poder local* com o *poder central*, considerando que mesmo a submissão a forças implacáveis reserva sempre espaço de manobra onde permanecem vivos os melhores fermentos das liberdades fundamentais. Porém, não se imagine que o poder local se apresenta sempre identificado com a emancipação popular. O poder local tende a ser tirânico em relação a estratos sociais, que, então, procuram o auxílio de forças exteriores. De qualquer modo, tanto os políticos como os líderes locais rendem constante homenagem ao poder local. Consideram-no clientela aberta a manobras eleitorais e, ao mesmo tempo, temem as energias telúricas que indiscutivelmente encerra quando, por vezes, desencadeia as mais inesperadas convulsões sociais.

A política económica, vulgarmente designada de fomento, faz pairar sobre as regiões a ameaça de projectos de investimento necessário, programados em gabinetes de planeamento tecnocrático. Tendo em conta o conceito de que o futuro obedece a um processo de «destruição criadora», o poder central desencadeia tal investimento sem consulta prévia ao querer regional. Efectivamente, é inútil lembrar a morte quando o remédio é fazer morrer, ou revelar a vida a tudo o que se apronta para nascer. Vilarinho das Furnas — a aldeia comunitária de Jorge Dias — jaz sepultada no fundo da albufeira que lhe roubou a vida e, pior ainda, o nome. Nessa albufeira as águas acumulam energia que contribui para a insaciável sustentação da vida

económica; assim se poderá entender que à morte da antiquíssima comunidade camponesa foi dado o significado tecnocrático de contrapartida, insuficiente, sem dúvida, de novas expressões da vida colectiva. As monstruosidades programadas sob a forma de mecanismos gigantescos apresentam-se configuradas em novas barragens, que transformam rios em pântanos, em centrais térmicas convencionais ou nucleares que envenenam o ambiente, em parques industriais e seus complexos fabris de má vizinhança, em vias de comunicação e aeroportos ruidosos, enfim, em equipamentos que originam ocupações de território e poluições nunca experimentadas. Perante tal ameaça o poder local perde capacidade de análise. Deixa de poder avaliar por onde se infiltra a morte e onde se garantem os alicerces da vida. Por isso umas vezes recusa e opõe-se e outras vezes pede, mendiga e negocia, confundindo «melhoramentos» com os custos do desenvolvimento. Quando se vê encurralado, o poder local chega a inventar chantagens, umas vezes ingénuas e outras inverosímeis, que os analistas da comédia da vida de há muito transformaram em quadro de autópsia impiedosa das misérias ou, sabe-o Deus, se dos impulsos naturais do instinto de sobrevivência colectiva. E o poder central, com seus oportunismos, também se compromete sem pedir à ciência um esforço urgente de investigação visando a descoberta de soluções compensatórias para as desgraças regionais, soluções que venham a ser efectivamente aplicadas contra egoísmos dominantes.

Embora represente a expressão sensível da vitalidade popular, o poder local revela grande incapacidade para organizar defesa coerente do património regional que lhe serve de suporte. Mais atento à *modernidade* que promete a resolução imediata das misérias da vida, mostra indiferença pelos testemunhos da antiguidade, o que revela talvez complexos ancestrais de sofrimento e de injustiça. Por isso as estações arqueológicas são saqueadas e destruídas por força de manifesta ignorância quanto ao interesse histórico das «velharias». Por isso, também, monumentos, paisagens, sítios típicos que dão carácter a regiões, se encontram desprezados, ou menos estimados, por falta de reconhecimento do valor natural, artístico ou histórico que representam. Por outro lado o poder local adere a inovações homogeneizantes, aceitando a construção de edifícios de estilo incaracterístico, ao lado de preciosidades arquitectónicas regionais degradadas, cuja recuperação e modernização nem chega a ser desejada. Os materiais de construção modernos instalam-se nas obras e por toda a parte se abrem vias de comunicação que pretendem levar o automóvel, mais do que o tractor, a recônditos lugares. A energia importada expande-se, erguendo postes e linhas de implantação desordenada, entrando em ruína a roda hidráulica da azenha ou do lagar e o moinho de vento. Os estabelecimentos de comércio das aldeias já se não conformam com o ramo de loureiro a anunciar vinho regional: acumulam às portas toda a espécie de vasilhame rotulado com licença das multinacionais. Em recantos inesperados surgem *minimercados*, deparando-se o *snack-bar* em conflito com sítios onde era importante para defesa dos valores regionais nunca o ver instalado.

Com evidente insensatez o poder local aceita que se inutilizem boas terras agrícolas para alicerces de moradias inabitadas ou cemitérios de automóveis. Nas aldeias, o *bulldozer* abre feridas na terra verde, faz tombar árvores seculares, leva na sua frente pedras antiquíssimas de muros e de monumentos para instalação triunfante de modernos símbolos do progresso. Raras vezes se procura compatibilizar o que de novo se constrói com o património regional existente. Afigura-se que o comando da transformação obedece à fúria demolidora de valores estéticos, humanos e sociais que servem de enquadramento à vida. Quando a modernidade desfuncionaliza testemunhos de arqueísmos ultrapassados, o que se procura salvar é a peça que se adapte ao gosto dos ranchos estacionais da colonização turística. O povo regional passa a ser estimulado para que produza artesanatos que servem somente consumos de estrangeiros. A etnografia que lhe pertence como enquadramento cultural da vida e do trabalho fica apropriada por artistas letrados e estranhos, perdendo a criatividade genuína, sendo também desfigurada na fraude comercial que as empresas turísticas praticam.

De princípio, o povo regional chega a oferecer ao «estrangeiro» o melhor das tradições da hospitalidade que sempre proporcionou a viandantes e peregrinos «compostelanos» que batiam à sua porta. Depois, quando descobre o logro em que está envolvido, endurece e, vencido, adopta normas das agências internacionais da hotelaria lucrativista e homogeneizante. Os estímulos exteriores da propaganda das grandes soluções económicas para vencer a «crise» servem-se do regionalismo e oferecem às regiões falsas imagens conjunturais. Não admira por isso que, em dados momentos, o poder local imagine ter chegado a toda a parte e enfim, sem esforço, nem inteligência, nem trabalho, uma espécie milagrosa de economia da abundância que arredou para sempre os quadros negros da penúria.

Invocando o *bem comum* ou o *interesse nacional*, o poder central reage, legislando, na defesa platónica do património colectivo em risco de perder-se. Impõe a reserva de terras agrárias, o que geralmente é entendido como atitude reaccionária ou primitivismo intelectual face aos mais prestigiados esquemas do industrialismo. O poder central decreta parques e reservas de interesse natural, histórico e paisagístico, sem obter a necessária adesão regional. Classifica monumentos nacionais e imóveis de interesse público sem que os vizinhos entendam os motivos pelos quais devem ser defendidos. Procedendo desta forma, o poder central apresenta-se como detentor, em exclusivo, da cultura. Mas não é assim, porque nas regiões existem focos genuínos de amor às coisas perecíveis que, sob a forma de pessoas isoladas e de instituições culturais penosamente mantidas, se batem contra utilitarismos dominantes. O poder central ignora estes valores locais e, mesmo quando os procura, raras vezes os surpreende na sua pureza. Efectivamente, não é fácil dar audiência a *forças vivas* regionais, sendo muito incerto garantir a genuidade das vozes e obter a expressão efectiva da complexidade do querer local. A formulação desse querer é difusa, assumindo aspectos em regra originais, de conteúdo situado fora dos compêndios, de raiz histó-

rica baseada em costumes muito antigos, herdados sem escola ou mantidos pela *escola da vida*. Por tudo isto o poder local assiste, atônito e confundido, à constante tomada de decisões que se repercutem nas regiões sob a forma de factos consumados e fatais.

4. A região é, portanto, realidade fundada na ecologia e na tradição, que se confronta, a longo prazo, com poderosas tendências homogeneizantes contidas em padrões de modernidade. Pelo lado da agricultura são sensíveis as forças que modificam as estruturas regionais. O recurso generalizado a novas formas de energia substitui por motores inanimados os engenhos dos velhos regadios, bem como o motor vivo que os animais de trabalho representam, e ainda muitas das operações culturais realizadas com base no trabalho muscular humano. A mecanização da tracção, do transporte e dos granjeios afigura-se irresistível e os herbicidas e pesticidas entram nas rotinas, impondo novos esquemas de implantação de culturas. As grandes obras de rega ou a generalização de pequenos regadios permitem a introdução de culturas que transformam a paisagem dos climas secos. As construções rurais passam a adoptar materiais modernos e seguem arquitectura que melhora a gestão da empresa agrícola. Implantam-se indústrias agrárias que substituem velhas oficinas, sob a forma de cooperativas regionais ou de unidades integradas em empresas multinacionais. Erguem-se equipamentos de apoio à actividade comercial, de conservação pelo frio, de armazenamento e de transporte em ligação com as grandes vias de circulação. Nos campos generaliza-se a cultura hortícola extensiva e o prado de pastoreio ordenado, recorrendo-se a cercas para melhorar a produtividade do pastor. O pomar, dito industrial, substituiu a arboricultura promíscua, alterando-se também o porte e a armação de culturas arbóreas, como o olival, e arbustivas, como a vinha. Estufas e abrigos defendem as plantas contra efeitos de variações climáticas desfavoráveis, modificando profundamente paisagens tradicionais.

No entanto, para além de tudo o que é materialmente assinalável, existe o acervo das atitudes induzidas pela dinâmica da economia de mercado. Os mecanismos concorrenciais destroem, a curto prazo, as mais preciosas potencialidades regionais quando se criam situações, pelo menos de oligopólio, que inviabilizam as ofertas que respeitam atributos de qualidade e de genuinidade. A fraude instala-se e generaliza-se sob o rótulo de embalagens industriais, gerando situações que somente o conhecimento do consumidor bem informado e esclarecido poderá inverter. O *habitat* rural modifica-se não só pela transformação arquitectónica das construções como, principalmente, pela implantação das moradias que assinalam o retorno triunfal, por vezes sempre adiado, dos emigrantes. Ao lado da «manifestação de protesto» de quem finalmente «venceu na vida», ergue-se também a vivenda, em geral modesta, que constitui a «segunda residência» de populações que no campo procuram salvatério para a desgraça de viverem nas cidades. Nestas circunstâncias as regiões agrárias portuguesas adoptam técnicas e equipamentos, bem como soluções arquitectónicas, às quais dificilmente resiste a diversifi-

cação que forma o seu fundo paisagístico. O pedreiro da região já não é o «arquitecto» artesanal que dava à pedra um jeito da sua alma e depois lhe gravava o nome, mas viu-se reduzido à condição de simples *montador* de peças prefabricadas. E o pintor já não compõe as tintas, suja as paredes com as cores do mostruário dos fabricantes.

Nas áreas mais sacrificadas pelo crescimento urbano ou pela implantação industrial, a paisagem do campo cedeu o passo a cenários incaracterísticos, vendo-se no lugar das manchas verdes os blocos habitacionais, as torres, as coberturas de oficinas, as chaminés das fábricas, os bairros pobres improvisados e as construções clandestinas; tudo a revelar a presença de um multiagrupamento de desertores de comunidades abandonadas, formando *habitat* caótico e vulgar que nunca significa *região* e muito menos *país*. No entanto, mesmo nas áreas fortemente urbanizadas, nos terrenos vagos, em quintais, varandas e terraços, são instaladas hortas e capoeiras, num esforço de compensação de nostalgias rurais intensamente vividas. Mau grado estas circunstâncias que modificam parcelas da diversidade regional, por vezes valiosas, a História ensina que a natureza dispõe de forças que saram feridas e restabelecem desequilíbrios ambientais. Se muitos espaços que foram verdes jazem no alicerce de cidades vivas, não deixa de ser impressionante a forma como cidades mortas permanecem sepultadas, com suas pedras consumidas pelas raízes de uma flora impiedosa e persistente. O envolvimento e recuperação biológica da obra humana é por vezes tão forte que algumas das cidades de tradição conhecida, como, por exemplo, a cidade ibérica de Tartessos, já se não sabe sequer o sítio onde se ergueram, com seus habitantes a viverem civilização e a praticarem indústrias.

Mercê do vigor das forças ecológicas, as grandes regiões continuam a oferecer padrões significativos que têm servido de orientação a trabalhos de regionalização elaborados por diferentes investigadores. Assim, a questão que serve de objecto ao presente seminário — *Portugal: que Regiões?* — permanece em aberto, tanto mais que a região se afigura realidade dinâmica, como tudo o que é modelado por iniciativa humana. No que respeita às «perspectivas do desenvolvimento agrícola» — aspecto cuja introdução nos foi solicitada —, as tendências homogeneizantes nunca serão tão fortes que permitam neutralizar diversidades ecológicas, mesmo que não vença a ideologia de um ecologismo requintado, como será o da «agricultura biológica».

O recurso às técnicas mais ou menos agressivas e poluentes tem limites marcados pela gestão económica e pela resistência biológica. A agricultura permanecerá como principal sistema de conservação da diversidade regional. O que representa agressão generalizada sobre valores naturais é, sem dúvida, toda a espécie de poluição industrial, que somente não será suicida se for combatida, tornando, mesmo assim, dispendiosíssima a defesa da qualidade da vida. De qualquer modo, é imperioso assegurar que a dinâmica regional acabe por impedir a formação de *neo-regiões* onde, na paisagem, fique ausente o testemunho de actividades da produção agrária que representem a expressão contemporânea da dependência dos homens pe-

rante as plantas e os animais. Afigura-se indiscutível que as concentrações urbanas, pelo seu crescimento e volume, destruíram valiosas parcelas do espaço agrário e escravizaram populações rurais despaisadas. Todavia, o problema não se circunscreve ao mundo urbano, mas alastra a zonas onde a agressão é mais acelerada e onde a degradação atinge, por vezes, o estágio da irreversibilidade, nos espaços periurbanos, nas «fronteiras cinzentas» que separam, ou ligam, o mundo rural e o mundo urbano. Os «dormitórios», os «acampamentos» humanos, assumindo proporções de resíduo e de prolongamento marginal da urbanização caótica, impregnados do estatuto licencioso do *provisório* e do *precário*, crescem em ambiente de retrogradação material e humana, como subproduto da implantação industrial desordenada ou do congestionamento do sector terciário hipertrofiado. Largas zonas do espaço intercalar da rede urbana deixaram de beneficiar das vantagens do ambiente rural, sem alcançarem as dos centros urbanizados, acumulando as desvantagens dos dois meios, desfuncionalizados por sobreposição incompatível com relações normais de dependência e de vizinhança. Todavia, tais construções, ao tornarem-se cada vez mais inumanas, geram complexos sociais capazes de inverterem correntes do êxodo contemporâneo. O *êxodo rural*, que em poucos anos consumiu mais de um milhão de rurais portugueses, vai dando lugar a um lúcido, bem meditado e, por isso, lento *êxodo urbano*. Assim, e a seu tempo, as regiões agrárias, na sua dinâmica, terão de proporcionar abrigo aos desiludidos da aventura urbana ciclicamente ensaiada pelas migrações humanas, com maior expansão no século XX. Efectivamente, as regiões do futuro, adoptando conquistas do urbanismo, hão-de oferecer paisagens de ruralidade preservada, isto é, defendida por técnicas que o desenvolvimento harmonizado se revela capaz de ver concretizado.

5. Perante situações críticas contemporâneas, não se poderá responsabilizar o poder local por todos os desacertos. A responsabilização do Estado oferece caminho amplo. Porém, a culpa só poderá ser objectivada tendo em conta programas políticos que envolvem sempre compromissos irremovíveis. O poder político poderá ser efectivamente acusado de obediência a grupos de pressão privados ou enaltecido quando atende à pressão do interesse público. Mas, para além do comprometimento político, pode ainda a competência ou incompetência dos serviços técnicos, a eficácia ou ineficácia gestonária, influir nos acontecimentos ou, logo à partida, no diagnóstico e na avaliação da vida regional.

Existem fortes razões para confiar no papel das universidades para esclarecimento científico desta matéria, tanto mais que o ensino universitário português encontrou, finalmente, o caminho da regionalização. No entanto, a universidade tem capacidade para estudar, mas os estudos não podem obedecer a finalidade abstracta, devendo tornar-se receptivos às sensibilidades regionais e contribuir para a formação da consciência colectiva que desperte vocações latentes no seio das comunidades locais. Todavia, a região exige organização, poder económico e vitalidade social, o que somente se concre-

tiza com base em autarquias dotadas de personalidade genuína e auto-sustentada. A universidade nasce vocacionada para a reflexão, para o permanente reencontro de soluções convergentes, de alto teor qualitativo, a prazo e na estabilidade. A universidade poderá descobrir as vias e ajudar a criar as condições para a acção, mas não deverá corporizar qualquer órgão de onde a acção dimanar, onde as realizações se forjem. Sendo certo que a universidade se deverá manter intransigentemente ligada a objectivos de desenvolvimento, colaborando pluralisticamente na sua consecução, não deve, no entanto, comprometer-se obsessivamente em actos concretos, nem identificar-se com mecanismos de intervenção, evitando a submissão estreita a imediatos resultados materiais. O que importa assegurar neste domínio é a isenção quanto a interesses económicos e políticos em jogo, a independência face a dogmatismos ideológicos e a resistência perante impulsos sectários de tudo o que se apresente como imposição menos genuína do regionalismo; do regionalismo que, afinal, representa uma das expressões mais vivas da natureza humana.

